

# A Centelha



JORNAL DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

Preço: 1,50 euros  
Solidariedade: 2 euros

N.º 25 • JUNHO/JULHO • 2021



## BASTA DE SUBMISSÃO E INSTITUCIONALISMO!

Por uma alternativa dos trabalhadores!

**Pelo fim dos entraves  
no direito ao aborto!  
24 semanas já!  
P. 4**



**Por um  
Movimento LGBTI+  
Revolucionário!  
P. 6**





# Basta de submissão e institucionalismo!

## É preciso levantar uma alternativa dos trabalhadores.

No último ano e meio os trabalhadores viveram sob ataques incessantes e sistemáticos dos capitalistas e do seu Estado. A onda de despedimentos está a ser massiva. No início deste ano, o INE registava 424.359 desempregados, uma taxa de 7,2% de desemprego, o valor mais elevado desde o início da pandemia.

A camada mais afetada foi a dos trabalhadores não-qualificados — o desemprego cresceu mais entre quem recebia o salário mínimo nacional (SMN) ou pouco acima disso, com uma sobrerrepresentação das mulheres trabalhadoras (26% das quais recebem o SMN). Outro número que demonstra bem a impotência da política seguida pelo governo até aqui é o do aumento da pobreza. Em Portugal, a taxa de pobreza aumentou 25%, com mais de 400.000 pessoas a cair abaixo do limiar de pobreza, ou seja, a viver com menos de 508 euros por mês. A situação é revoltante: uma parte da classe trabalhadora está simplesmente a ser lançada

para a indigência, sem dinheiro para fazer face às despesas básicas e enfrentando agora o fim das moratórias do crédito pessoal e, em breve, o fim da proibição dos cortes de energia e água. Há famílias trabalhadoras a passar fome — no ano de 2020, mais de 20.000 famílias recorreram ao Banco Alimentar para sobreviver — e em risco de ficar sem teto a partir de outubro, assim que a proibição dos despejos e as moratórias do crédito à habitação terminarem.

Tal como na crise de 2008, a juventude sofre especialmente. A taxa de desemprego chegou a 24,6% para os trabalhadores abaixo dos 25 anos. Os postos de trabalho criados durante o débil crescimento no primeiro mandato de Costa — essencialmente em call-centers, hotelaria e turismo, entregas, etc., com baixos salários, vínculos precários e longas jornadas de trabalho — desapareceram ainda mais rapidamente do que surgiram. Os postos que se mantiveram, tal como os

que agora surgem com os espasmos do setor turístico, fazem-no em condições ainda mais degradantes.

Todo o peso da crise económica e da crise sanitária é lançado sobre os ombros da classe trabalhadora. À crise da habitação, à selvajaria dos despedimentos e do rebaixamento geral dos salários e das condições de trabalho junta-se um reforço da repressão, uma chuva de dinheiro público para a banca, para as empresas do PSI-20 e para todo o grande capital — em especial para a saúde privada — enquanto o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e todos os serviços públicos se degradam, um aumento incalculável nas desigualdades do sistema público de educação, o resgate dos senhorios e das grandes imobiliárias que nunca pararam de fazer despejos ilegais e, por cima de tudo isto, as mais de 17.000 evitáveis mortes que foram causadas diretamente pela covid-19.

Uma sucessão de golpes desta magnitude não se aplica sem a correspondente campanha ideológica. Com Marcelo à sua cabeça, o programa de unidade nacional da burguesia foi firmemente suportado por toda a esquerda parlamentar desde o primeiro dia. Ao invés de concentrar a militância e os recursos na mobilização das massas, na organização dos trabalhadores e da juventude para fazer frente a esta ofensiva da classe dominante, as direções reformistas mantêm a democracia interna estrangulada nos seus partidos e dirigem todas as forças ao parlamentarismo e às instituições burguesas. Temos de perguntar-nos: que tem a ganhar a classe trabalhadora com esta política de submissão e servilismo perante os capitalistas e o seu Estado?

A resposta é curta: nada. A política de conciliação de classes e unidade nacional seguida pelos dirigentes reformistas é feita contra os mais fundamentais interesses da classe trabalhadora e da juven-

tude. Pior ainda, a continuidade desta política cria cada vez mais as condições para a tomada de posse de um governo da direita determinado a concretizar, a qualquer custo, uma ofensiva bárbara contra os explorados e oprimidos.

### A crise orgânica do reformismo

O PCP teve o seu XXI Congresso em finais de novembro de 2020. Em maio, foi a vez do Bloco de Esquerda, que celebrou a sua XII Convenção. Estes dois encontros políticos dos principais partidos da esquerda em Portugal tiveram um aspecto fundamental em comum: reafirmaram toda a política de conciliação de classes e cretinismo parlamentar levada a cabo até aqui por ambas as forças.

Ignorando estoicamente cada um dos problemas fundamentais que se colocam à classe trabalhadora, aludindo aos “portugueses” e a “Portugal” ao invés dos trabalhadores, limitando-se à defesa da Constituição e dos “valores de abril” e servindo-se de chavões como “interesses nacionais”, PCP e BE insistem em procurar uma maneira de conciliar interesses de trabalhadores e de patrões. Mais ainda, pretendem maquinar esta conciliação conseguindo um apoio eleitoral mais amplo do que o do PS. O caminho para tal “maioria social” — termo repetidamente utilizado pela direção do BE — é de gradual crescimento eleitoral entre as camadas médias. A realidade mostrou e continua a mostrar precisamente o contrário. Como dissemos noutra ocasião: “Enquanto BE e PCP forem contrações da social-democracia, os jovens e os trabalhadores vão preferir o produto original”. Hoje, PCP e BE sofrem derrotas e reverses eleitorais sucessivamente, enquanto o PS absorve todo o voto de esquerda e o Chega é já laudado na comunicação social burguesa como “a terceira maior força política”.

O obstáculo intransponível que enfrentam ambas as direções da ala esquerda do reformismo em Portugal é o mesmo contra o qual se estão a esboroar tantas outras direções reformistas à escala internacional: a crise atual do capitalismo fecha as portas a quaisquer concessões da burguesia à classe trabalhadora; ou se salvam os lucros do capital ou se salvam os salários do trabalho. Por outras palavras, a única forma de impedir um retrocesso histórico das condições de vida da esmagadora maioria da população nesta época é rompendo decididamente com o capitalismo e seguindo o caminho da luta revolucionária. Sendo incapazes de sequer imaginar a destruição do sistema que lhes paga as contas e garante as confortáveis vidas de burocratas, os dirigentes reformistas não fazem mais do que acomodar-se à miserabilização da classe trabalhadora como uma inevitabilidade. Exatamente da mesma forma que os seus amos burgueses, as direções reformistas da esquerda depositam toda a sua esperança na recuperação do sistema capitalista, num novo período de crescimento da economia, num futuro no qual serão novamente capazes de negociar alguns remendos e cédulas para os trabalhadores. É para esse futuro que trabalham, e as suas propostas políticas têm como principal objetivo acelerar a recuperação económica dentro dos estritos limites do capitalismo. Este projeto, além de ser uma utopia, é uma utopia reacionária.

O facto é que um novo período de crescimento capitalista, além de não poder ser outra coisa senão o prelúdio de uma nova crise, é uma possibilidade terrivelmente distante e completamente independente das receitas keynesianas destas direções reformistas. A crise do capitalismo mundial é completa — ameaçando até mesmo uma catástrofe ecológica. Os reformistas estão caricatamente desligados da realidade e, precisamente por isso, cada vez mais afastados da juventude em radicalização.

Neste contexto, há uma crescente polarização social e a correspondente descredibilização da democracia burguesa que se mostra num país após o outro. Em Portugal, o PS, representante da social-democracia clássica, preserva uma certa estabilidade e mostra crescimento eleitoral acima de tudo porque não existe alternativa consequente à sua esquerda, e porque a classe trabalhadora e a juventude rejeitam liminarmente um governo da direita que, como já dissemos, aplicaria um programa draconiano de austeridade. Mas a política de Costa está a descoberto. Desde a gestão da massiva onda de despedimentos sempre do lado dos grandes patrões — com casos emblemáticos como o do grupo TAP, onde os despedimentos ascenderam já a mais de 2.000 —, à tolerância face a despejos ilegais, passando ainda pelo silêncio e inação face às agressões e até homicídios racistas e machistas, a falência do governo de “esquerda” de António Costa é pensamente evidente. A social-democracia encontra-se cada vez mais numa posição de fragilidade, suspensa por um fio sobre o abismo, o fio de ser o mal menor em relação ao PSD e ao Chega.

Com efeito, sem uma alternativa revolucionária dos trabalhadores, e mantendo BE e PCP o seu rumo atual, a força que se prepara para desferir um golpe no PS é precisamente a direita e extrema-direita, as camadas mais reacionárias da sociedade, e não a classe trabalhadora. A tarefa de construir uma esquerda com um programa verdadeiramente socialista, que declare guerra ao capitalismo e baseie a sua força na organização e ação da classe trabalhadora e das massas, coloca-se hoje com mais urgência do que nunca.

### As eleições autárquicas

As eleições autárquicas, a par da votação do Orçamento do Estado para 2022 (OE2022), serão um importante momento não só de demonstração como também de aprofundamento das contradições que atravessam a esquerda parlamentar. Além disto, serão um acontecimento de enorme importância para a direita no seu esforço de reorganização — basta recordar que a sorte de Rui Rio e a radicalização da direita “tradicional” se jogam nestas eleições.

Nisto, os provérbios reformistas sobre as diferenças entre a governação nacional e local têm o único propósito de ocultar a continuidade das políticas de conciliação de classe. Ao nível da chamada “política local”, a esquerda parlamentar revela as últimas consequências da política seguida à escala nacional.

No caso do PCP, décadas de governação local deixaram bem clara esta identidade. Onde governa, o PCP chega a ser indistinguível do PS e, em vários aspectos, até mesmo do PSD. As demolições

de casas em Loures (como as do Bairro da Torre, em 2020, ou as de Montemor, em 2021), levadas a cabo pelo executivo de Bernardino Soares (PCP), são a mais cruel demonstração do que dizemos. Famílias inteiras, com idosos e crianças, são desalojadas e abandonadas à sua sorte durante uma pandemia e uma crise económica sem precedentes, apenas porque os lucros do capital são estimados acima da própria vida dos trabalhadores e dos pobres. Que “comunismo” é este? Bernardino Soares, presidente da câmara desde 2013, está reduzido a um feitor dos capitalistas. E este é apenas um exemplo ilustrativo das inevitáveis consequências da política de submissão e conciliação do PCP, seguida sem o mínimo desvio em todas as localidades controladas pelo partido.

A direção do BE, que controlou um único município até hoje (Salvaterra de Magos) e o perdeu para o PS em 2013, também deixa clara a sua política a cada novo teste. Em Lisboa, a especulação imobiliária de Ricardo Robles, descoberta em 2018, levou à substituição do vereador por Manuel Grilo. Sem qualquer intenção de enfrentar a deriva neoliberal de Fernando Medina e do PS em Lisboa, Grilo e a direção bloquista limitam-se até hoje a fazer à escala local o que fazem à escala nacional: evitam qualquer choque consequente com a social-democracia e limitam-se a disputar os louros das medidas mais populares do executivo, como a dos manuais escolares gratuitos.

É com este registo que ambos os partidos se apresentam às eleições autárquicas de 2021. Pior ainda, é sem qualquer modificação nesta política que pedem o voto dos trabalhadores em mais uma campanha eleitoral, repetindo todos os erros que garantiram os desastrosos resultados de 2017, que fortalecem o PS e, simultaneamente, encorajam as investidas mais ferozes da extrema-direita contra os oprimidos e os ativistas e militantes de esquerda.

É necessário nada menos do que uma viragem de 180 graus. A esquerda tem de apresentar candidaturas de luta intransigente pelas necessidades e interesses da classe trabalhadora, levantando bandeiras como o fim de toda a precariedade e baixos salários entre trabalhadores municipais, a habitação social pública e gratuita especialmente em cidades como Lisboa e Porto — onde a liberalização completa do mercado imobiliário expulsou milhares de famílias trabalhadoras das suas casas —, os transportes coletivos 100% públicos, gratuitos e ecologicamente sustentáveis, a saúde e educação gratuitas, uma rede pública e gratuita de creches e lavandarias, uma rede igualmente pública de abrigos para vítimas de violência doméstica, machista e homofóbica, ou a do combate real ao racismo e ao machismo com o saneamento de fascistas e elementos de extrema-direita das forças policiais e de toda a função pública.

Qualquer uma destas medidas é indispensável sem basear o programa na ação da classe trabalhadora e das massas, denunciando o sistema democrático atual como incapaz de resolver os nossos problemas ou funcionar a favor dos explorados e oprimidos. A organização de assembleias de moradores e de trabalhadores, a mobilização de ações na rua e nos locais de trabalho que envolvam realmente a discussão e a tomada de decisão entre

esses moradores e trabalhadores — isto é fundamental numa campanha eleitoral genuinamente socialista.

### É preciso lutar por uma esquerda com independência de classe!

Costa prepara-se para receber os fundos europeus, para distribuí-los pelos grandes capitalistas e para aplicar as correspondentes medidas de austeridade. A burguesia, tanto nacional como europeia, exige do seu governo um programa de autêntica pilhagem da classe trabalhadora, e isso será certamente visível no OE2022. A crise está apenas a começar, ao contrário do que afirmam Centeno e numerosos economistas burgueses quando festejam a “recuperação” da economia.

Fica claro o sentido de oportunidade e o instinto de classe da burguesia. Sem dúvida que o último período foi como um balde de água fria sobre a classe trabalhadora e a juventude. O choque dos despedimentos, da pobreza, das erráticas medidas e confinamentos, das mortes e da permanente incerteza e insegurança em todas as áreas da vida teve efeitos que estão só agora a começar a revelar-se, com dados cada vez mais dramáticos sobre a saúde mental dos jovens.

A insistência das direções da esquerda e do movimento operário no programa da unidade nacional também surtiu aqui o seu efeito imediato, com o correspondente esforço de desmobilização e asfixia da luta que levaram a cabo. Mas estas direções acusam os seus limites e debilidades a cada passo em frente dos trabalhadores e da juventude, e o essencial a destacar em tudo isto é precisamente que a crise está a provocar saltos na consciência das massas.

Todo o período de luta que antecedeu a crise económica e sanitária, com a onda de greves e os potentes movimentos de envigadura internacional como as marchas de mulheres do 8 de Março, o movimento de estudantes pelo clima e o enorme movimento da juventude contra o racismo — que encheu as ruas no coração de Lisboa há um ano atrás, já em plena pandemia — não foi de forma alguma apagado. Da mesma forma, as amargas experiências dos últimos meses não estão a passar em branco.

Um choque frontal entre as classes, tal como os que se estão a dar de forma espantosa em numerosos países, aproxima-se também em Portugal. Perante este cenário, a importância da luta por uma esquerda que siga o caminho da ação da classe trabalhadora em completa independência das restantes classes e das instituições do Estado não tem como ser exagerada. Esta é a tarefa que se coloca a todos os trabalhadores, ativistas e militantes da esquerda, com uma urgência que aumenta a cada dia.

### Basta de submissão e institucionalismo!

### Basta de conciliação de classes!

### É preciso construir a esquerda revolucionária!



Junta-te à **ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA** e constrói connosco as forças do marxismo internacional!  
www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net

Facebook: @esquerdarevolucionaria.centelha Instagram: @esquerda.revolucionaria Twitter: @EsqRev



# Abortar em Portugal ainda é uma luta contra o tempo. Pelo fim dos entraves no direito ao aborto! 24 SEMANAS JÁ!

Diana Pinto  
Livres e Combativas e Esquerda  
Revolucionária

Em setembro de 2019, uma jovem mulher viu o seu direito de acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez efetivamente barrado. No Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Alentejo Central, o seu médico de família recusou-se a realizar o procedimento, apesar da gestação se encontrar dentro do limite legal estabelecido, alegando objeção de consciência. Encaminhada para o Hospital de Portalegre, foi mais uma vez recusada, em virtude da instituição não realizar a interrupção voluntária da gravidez (IVG) desde finais de 2006. Residente de Estremoz, a jovem foi obrigada a viajar 147 km até ao Hospital de Abrantes. Este caso é representativo de um problema invisível e profundamente inquietante: regiões extensíssimas do solo português, como o Alto Alentejo, não disponibilizam às mulheres os seus direitos consagrados. Em vez disso, oferecem muitas vezes o estigma e a humilhação por parte de profissionais de saúde e da burocracia hospitalar.

Antes da despenalização, em fevereiro de 2007, Portugal era um dos países europeus com legislações mais restritivas em matéria de aborto. Consequência

de uma lei conservadora e profundamente violenta, entre 2001 e 2007, 14 mulheres morreram em abortos clandestinos, sendo que 20.000 a 40.000 procedimentos eram realizados todos os anos.

Na sequência da vitória do “Sim”, foi despenalizada a IVG, estabelecendo que esta não seria punível desde que fosse realizada por opção da mulher nas primeiras 10 semanas de gestação. Foi também instituída a obrigatoriedade de um período de reflexão “não inferior a três dias a contar da data da realização da primeira consulta”. Esta formulação não é por acaso — é justamente a escolha consciente de um período temporal vago, limitado apenas por um intervalo mínimo, que veio permitir abusos burocráticos e atrasos fabricados.

## 2020: um ano de luta pelos direitos reprodutivos

O último ano foi, para o movimento feminista internacional, marcado pelos levantamentos e movimentações pelos direitos reprodutivos das mulheres em todo o mundo.

As lutas da classe trabalhadora na América Latina, aliadas à defesa intransigente e profundamente combativa levada a cabo pelas mulheres na Polónia,

mostram um padrão de luta internacional que reage à escalada da extrema-direita e das forças reacionárias dos últimos anos e à violência atroz que estas representam para toda a classe trabalhadora, e sobretudo para as mulheres.

Já em 2018, depois de longos anos de luta e de demonstrações de rua massivas, as mulheres irlandesas alcançaram uma importante vitória: o aborto livre, seguro e gratuito até às 14 semanas. Tratou-se de um poderoso golpe contra a oligarquia da Igreja Católica.

Também na Polónia a Igreja assumiu e assume um importante papel enquanto agente de repressão. No final de outubro do ano passado, o Tribunal Constitucional, ministrado por juizes ligados ao executivo ultrarreacionário de Kaczyński, liberou uma decisão que considera inconstitucional o aborto em caso de malformação ou doença irreversível do feto. Num país onde essa foi a instância para 98% dos abortos realizados legalmente no ano de 2019, esta decisão representa um bloqueio quase total ao acesso ao aborto legal. Esta violenta investida da direita teve como resposta um colossal movimento de massas. Durante meses, várias cidades polacas foram tomadas por protestos quase diários, numa das mais inspiradoras batalhas da lu-

ta das mulheres e dos trabalhadores nos últimos anos.

Mais recentemente, a vitória histórica conquistada em dezembro do ano passado, na Argentina, depois de longos anos de protestos, inspirou uma onda de solidariedade que rapidamente se espalhou por toda a América Latina. A norma aprovada pela Câmara dos Deputados que regulamentou o aborto gratuito até à 14ª semana de gestação e estabeleceu o prazo máximo de 10 dias entre a solicitação da interrupção da gravidez e a sua realização, foi posteriormente confirmada pelo Senado a 29 de dezembro e com ela o movimento *Será Ley* foi vitorioso.

## As 10 semanas portuguesas são vergonhosamente insuficientes

A esquerda parlamentar portuguesa parece ter abandonado por completo esta bandeira. Nos seus programas, nos seus discursos, nos seus cartazes e nas suas reivindicações, a extensão do prazo para o aborto é um fantasma de outros tempos. A esquerda celebra o dia da despenalização do aborto em Portugal, 11 de Fevereiro, mas ignora o Dia Internacional do Aborto Seguro, 28 de setembro, como se já não houvesse razão para lutar.

Por parte da Esquerda Revolucionária

e da Livres e Combativas, recusamos a narrativa de que “está tudo feito”. O acesso ao aborto em Portugal é uma experiência frequentemente violenta, humilhante e limitada a um número arbitrário de dias que não garante os direitos reprodutivos e o controlo do próprio corpo às mulheres. As 10 semanas representam um período vergonhosamente restritivo e conservador que anula em muitos casos o direito real ao aborto em Portugal.

A maioria das mulheres descobre que está grávida entre as 6 e as 8 semanas de gestação, e a grande maioria das interrupções ocorrem antes das 14 semanas. Mesmo em países como o Canadá, onde a lei permite o acesso à IVG até às 24 semanas, a maioria das intervenções ocorre até às 12 semanas de gestação. Prolongar o prazo não aumenta sequer o número de abortos tardios. Portanto, o que está em causa é uma limitação moralista que tem como único efeito prático retirar direitos reprodutivos.

Mais ainda, o prazo atual não diminui o número de abortos, mas diminui a segurança das mulheres que abortam, porque causa a continuação de abortos clandestinos. A diferença entre a lei portuguesa e a lei espanhola é de apenas quatro semanas. Ainda assim, cerca de 500 mulheres vão a Espanha todos os anos para aceder à IVG. Ora, sabemos que as mulheres da classe trabalhadora não têm a opção de viajar para Espanha ou para qualquer outro país europeu para aceder a uma intervenção segura quando descobrem, como tão frequentemente acontece, que estão grávidas fora do limite legal português. Para nós, sobra apenas o aborto clandestino, a violência atroz que este representa, o perigo de morte ou de uma fertilidade comprometida para o resto da vida.

## A pandemia tornou o aborto ainda mais injusto e difícil

A luta pela extensão do prazo do aborto

em Portugal é uma luta de toda a classe trabalhadora. O Sistema Nacional de Saúde é atualmente incapaz de fazer frente às necessidades de centenas de mulheres todos os anos, consequência do subfinanciamento crónico, da falta de profissionais e de uma lei que permite a profissionais de saúde violar os direitos das mulheres.

A tudo isto veio juntar-se a crise pandémica. Agora que estão liberados os primeiros dados, sabemos que a pandemia da covid-19 já causou pelo menos 1,4 milhões de gestações indesejadas em todo o mundo. Milhões de mulheres e meninas ficaram sem acesso à contraceção. Também em Portugal a crise pandémica atrasou os processos de acesso ao aborto que, logo para começar, nunca foram fáceis ou igualitariamente distribuídos — mulheres pobres do interior vêm-se frequentemente obrigadas a viajar aos centros urbanos para abortar, muitas vezes com grandes custos psicológicos associados à solidão e à violência da experiência. A objeção de consciência permite que regiões inteiras do país, como o Alto Alentejo, não disponham de um único estabelecimento de saúde onde a IVG seja disponibilizada.

O período de reflexão obrigatório, além de infantilizar as mulheres, funciona como uma poderosa arma burocrática que permite a criação de atrasos artificiais. O período de semanas que frequentemente separa a primeira da segunda consulta permite ultrapassar o limite legal das 10 semanas e impedir o acesso à interrupção da gravidez. O Estado coloca desta maneira as ferramentas para negar o direito ao aborto à disposição de todos os profissionais de saúde e burocratas do Estado que se opuserem a este direito.

Defendemos medidas para reduzir o número de abortos, sim, mas não porque os consideramos pecado, senão porque o aborto é um procedimento médico com riscos, psicologicamente difícil

e que nenhuma mulher opta por fazer de ânimo leve. O que é necessário para reduzir o número de mulheres que passa pela experiência de abortar é o que o Estado e os seus sucessivos governos se recusam a fazer: investir massivamente num sistema de saúde público e gratuito com serviços de planificação familiar e num sistema de educação igualmente público e gratuito que garanta educação sexual inclusiva para todos e eduque contra todas as formas de violência machista. A limitação do direito ao aborto, tal como existe agora, serve apenas para colocar as vidas de mais meninas e mulheres em risco ou para forçá-las à maternidade indesejada e à dependência económica.

É por isso que defendemos a extensão do prazo legal para o aborto livre, seguro e gratuito até às 24 semanas, sem quaisquer entraves. Fazêmo-lo porque defendemos o total controlo reprodutivo das mulheres e dos homens trans sobre o seu próprio corpo. Afinal, é a classe trabalhadora quem mais sofre com a restrição das 10 semanas, pois são as mulheres trabalhadoras que não têm outra escolha senão o aborto clandestino ou uma gravidez indesejada. Somos nós que arriscamos as nossas vidas por falta de recursos, exploradas pelo sistema capitalista que nos mata.

A liberdade da mulher de exercer total controlo sobre o seu próprio corpo não pode ser limitada em nome de um feto. A esquerda e as organizações feministas precisam de abandonar completamente o moralismo, de parar de adaptar-se aos preconceitos das camadas mais reacionárias e atrasadas. Defender — como acontece tantas vezes até mesmo entre a esquerda — que a lei do aborto deve respeitar princípios morais arbitrários sobre o desenvolvimento dos órgãos ou o número de células mais ou menos desenvolvidas do feto é inadmissível. A esquerda e o movimento das mulheres têm de basear o seu programa na erradicação de toda a opressão machista. Em relação

ao aborto, isto significa lutar pelo direito de todas as mulheres a ter controlo sobre os seus próprios corpos. É isto que significa a luta pelo direito ao aborto até às 24 semanas.

## 24 semanas já! Pelo fim do período de reflexão!

O movimento feminista em Portugal cresce, fortemente impulsionado pelos movimentos internacionais e por uma crise sem precedentes. Este ano, pela primeira vez, o caderno reivindicativo da Rede 8 de Março incluiu a reivindicação pela extensão do prazo da IVG até às 24 semanas de gestação, sem restrições, e pelo fim do período de reflexão obrigatório.

Internacionalmente, a luta pelo direito ao aborto e todo o movimento de libertação da mulher está na linha da frente da luta contra o capitalismo. A organização de uma Campanha Nacional pelo Aborto Legal, Seguro e Gratuito, em luta pelas 24 semanas e por um SNS capaz de fornecer a todas as mulheres em Portugal o acesso não só à interrupção da gravidez, mas também a contraceptivos e serviços de planificação familiar gratuitos, é um importante passo adiante.

Para fazer frente ao entrave que a restrição das 10 semanas representa e para alcançar o acesso total ao aborto, é necessária a luta organizada das mulheres da classe trabalhadora, em volta de uma Campanha Nacional. Há que mobilizar massivamente as mulheres, os trabalhadores e a juventude para a ação nas ruas, em luta contra o sistema que assassina por todo o mundo milhares de mulheres todos os anos, vítimas de abortos clandestinos e insalubres. Apenas a unidade da classe trabalhadora, sob um programa socialista que parta das necessidades da nossa classe e entenda devidamente as necessidades da mulher trabalhadora nos permitirá construir um mundo em que mais nenhuma de nós tenha de morrer em vão.



# POR UM MOVIMENTO LGBTI+ REVOLUCIONÁRIO!

Ângela Sankara  
Livres e Combativas e Esquerda  
Revolucionária

No passado dia 17 de maio, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) hasteou a bandeira LGBTI+ para assinalar o Dia Internacional contra a Homofobia, a Transfobia e a Bifobia. Na ocasião, Fernando Medina declarou: “Queremos que Lisboa seja a casa de todos, o abrigo de todos, que todos se sintam bem, em liberdade, sem receios de discriminação”. Uma semana depois, no jardim do Arco do Cego, um casal lésbico foi abordado por quase uma dezena de polícias da PSP que diziam estar a responder a queixas de “atos de teor sexual”. Parte da atuação da PSP foi filmada e circula pelas redes sociais, mas, até agora, não houve qualquer consequência quer para os polícias, quer para os autores das queixas.

É esta a cidade livre de que nos falava Medina? É este o “abrigo”? De nada nos serve uma bandeira hasteada se o nosso amor só pode existir dentro de quatro paredes e se partilhar afetos em público nos coloca em risco de ser intimidados por bandos de polícias.

## O capitalismo é homofobia e machismo

A classe dominante necessita de impingir a sua ideologia e a sua moral a toda a sociedade. Mas a moral burguesa não é imutável, o desenvolvimento e decadência do sistema capitalista, bem como as lutas de classes que sempre o atravessam, geram várias contradições também ao nível ideológico.

Historicamente, a burguesia, para garantir a acumulação de capital, definiu a família nos seus moldes. O ideal da família burguesa — a família nuclear, heterossexual e patriarcal — é até hoje fundamental para o funcionamento do capitalismo: enfraquece a classe trabalhadora pela subordinação económica das mulheres aos homens, facilita a reprodução da força de trabalho ao agrilhoar as mulheres ao trabalho doméstico — o trabalho reprodutivo —, inculca em todos os trabalhadores e trabalhadoras, desde a infância, os ideais da obediência, do respeito e da docilidade perante as figuras

do pai, do patrão e do Estado.

Em tudo o que tem de essencial, este modelo é e continuará a ser furiosamente defendido pelas camadas mais reacionárias da sociedade, que vêm nos avanços do movimento da mulher e do movimento LGBTI+ uma ameaça aos seus privilégios e modo de vida.

No entanto, impor este modelo a todas as classes e em quaisquer circunstâncias não corresponde aos interesses comerciais de uma importante parte da burguesia, aquela que tem nas pessoas LGBTI+ um mercado crescente.

Assim, da mesma forma que o capitalismo procura assimilar e descafeinar o movimento de libertação da mulher, também a luta das pessoas LGBTI+ é alvo de tentativas constantes de comercialização. É bem conhecida a manobra de *marketing* das empresas que se apresentam com a bandeira LGBTI+ durante junho, o mês do orgulho LGBTI+.

Em Portugal, esta contradição já gerou situações ridículas, como a aquela em que o CDS-PP — um partido ultra-conservador, católico, racista e homofóbico — apresentou na Junta de Freguesia de Arroios a proposta de pintar passeadeiras com as cores do arco-íris. O hastear da bandeira LGBTI+ pela CML e as palavras vazias de Medina são o mesmo tipo de manobra. A verdade é que a economia portuguesa é cada vez mais dependente do turismo, e os capitalistas do setor pretendem lucrar com o chamado “turismo LGBT”. É isto que explica os esforços da burguesia e dos seus representantes políticos para projetar a imagem de uma cidade e até de um país inclusivo. O lança-

mento da campanha *Proudly Portugal*, lançada pela Variações - Associação de Comércio e Turismo LGBTI de Portugal, é um exemplo perfeito disto. O próprio governo admitiu que “o público LGBTI é um mercado que tem um poder de compra elevado e é altamente educado”. Aqui, como é óbvio, fala-se da burguesia e da pequena-burguesia LGBTI+ que pode dar-se ao luxo de gastar uns milhares de euros a passear ao sol quando lhe apetece. Em suma, a política *LGBT friendly* dos governos burgueses e das empresas é “para inglês ver”. Não tem nada a oferecer à vasta maioria das pessoas LGBTI+, que são da classe trabalhadora e pobres, e muitas das quais são exploradas precisamente no setor do turismo, em extrema precariedade, com salários de miséria e com brutais horários de trabalho.

Ser LGBTI+ e da classe trabalhadora em Portugal é estar economicamente dependente de pais e de famílias abusadoras e homofóbicas; é ser discriminado no acesso ao trabalho, à saúde, à educação e até à habitação; é ser empurrado para a prostituição para sobreviver; é ser assediado na via pública até mesmo pela polícia; é estar sob risco de violência física e até de morte nas mais variadas situações da vida. E as políticas seguidas pelos governos PS de Costa, assim como pelos anteriores governos do PS ou da direita, não procuram resolver nenhum destes problemas.

Não é por acaso que o sistema de educação continua, ano após ano, sem reformas significativas no seu programa. Não há educação sexual inclusiva, os conteúdos continuam a ser em grande parte machistas e homofóbicos ou a invisibilizar os grupos oprimidos. Mais ainda, as agressões homofóbicas e transfóbicas são repetidamente ignoradas pelas direções das escolas e universidades. Não é por acaso que a discriminação de pessoas LGBTI+ é tolerada no Serviço

Nacional de Saúde. Não é por acaso que senhorios continuam a poder discriminar pessoas LGBTI+ com impunidade, dificultando o acesso à habitação. Não é por acaso que patrões continuam livremente a discriminar e a assediar moral e sexualmente trabalhadores e trabalhadoras LGBTI+.

No fim das contas, com mais ou menos arco-íris e purpurina, o sistema capitalista tem como lei sagrada a propriedade privada e os privilégios que dela resultam. Burgueses e todos os proprietários, patrões, chefes e capatazes são quem este sistema defende. E é por isso que os governos capitalistas jamais poderão combater o machismo e a homofobia de forma consequente. A completa libertação das pessoas LGBTI+ significa um ataque direto ao que há de mais fundamental neste sistema.

## Queremos ser o que somos!

A violência e perseguição a que estamos mundialmente sujeitas enquanto pessoas LGBTI+ deixam clara a natureza deste sistema. Em 71 países do mundo, são penalizadas ou ilegais as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo, sendo que 11 países as criminalizam com a pena de morte, 26 criminalizam com penas de prisão que podem ascender aos 10 anos e 15 países criminalizam a identidade de género de pessoas trans e pessoas não-binárias. Só na América Latina, mais de 1.300 pessoas LGBTI+ foram assassinadas entre 2014 e 2019. Nesse continente, o Brasil continua a ser o país que mais pessoas trans mata, sendo que no ano passado foram assassinadas 175 pessoas trans. Nos EUA, o mais rico país do mundo, a situação das pessoas LGBTI+ é também marcada pela violência. Um estudo realizado pela The National Black Trans Advocacy Coalition, relata que cerca de 44% das pessoas trans inquiridas afirmam ter sido assediadas ou

ter sofrido ataques violentos, bem como 44% de mulheres lésbicas e 61% de mulheres bissexuais afirmam ter sofrido episódios de violação ou violência física por parceiros(as).

Portugal não é exceção. Durante o ano de 2019, o Observatório da Discriminação contra Pessoas LGBTI+, órgão da associação ILGA, sumou um total de 171 denúncias em Portugal, sendo que cerca de 10% dos ataques eram perpetrados por pais e cerca de 9% por colegas de escola. Sabemos bem que estes números são conservadores, visto que nem todos temos a capacidade e as condições para apresentar queixa dos nossos agressores, e ainda que muitas das queixas são menosprezadas pela polícia.

Uma sondagem online feita em 2020 pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA), indicava ainda que 57% das pessoas LGBTI+ evitavam ser vistas de mãos dadas com o companheiro ou companheira do mesmo género e 25% evitam certos lugares por ter medo de ser agredidos; 30% dos inquiridos diz ter sido assediado durante o último ano; 5% foram fisicamente agredidos pelo menos uma vez durante os últimos 5 anos, sendo que, entre as pessoas trans e intersexo, 1 em cada 5 foi física ou sexualmente violentada nos últimos 5 anos. A sondagem revelou ainda que 28% dos estudantes LGBTI+ entre os 15 e 17 anos escondem a sua orientação sexual por medo de represálias.

Toda esta violência tem impacto sobre a nossa saúde mental. Em Portugal, os dados são dramáticos. Entre a juventude, cerca de 80% das crianças e adolescentes trans já pensaram em cometer suicídio e mais de 40% já tentou suicidar-se.

Este sofrimento, ao contrário do que nos quer fazer crer a direita, não é inerente à nossa orientação sexual ou identidade de género, e não pode ser evitada com “terapias” de “conversão” ou “cura gay”. O sofrimento é resultado direto da violência a que estamos submetidas diariamente por não encaixar nos modelos capitalistas de sexualidade, de género e de família. Ser LGBTI+ só implica discriminação e violência dentro deste sistema completamente podre. Queremos ser o que somos! E para isso é necessário construir uma sociedade radicalmente diferente, que não dependa da opressão e da exploração para funcionar.

## A crise do capitalismo significa uma ofensiva contra as pessoas LGBTI+

A profunda crise económica que se estende há mais de uma década teve uma resposta massiva da classe trabalhadora, das mulheres e da juventude internacionalmente, com sublevações e crises revolucionárias a explodir em país após país nos últimos anos. A burguesia, mundialmente, enfrenta com dificuldades e hesitações estes movimentos, temendo a queda do seu sistema a cada novo levantamento de massas.

A política exigida pela classe dominante durante as crises, a política de rebaixamento de salários, precariedade e degradação das condições de trabalho em todos os setores, de privatizações e desinvestimento na educação, na saúde, nos transportes e na habitação social para canalizar toda a riqueza produzida para



os bolsos dos capitalistas, é uma política de guerra de classes. E é uma política que cria as condições perfeitas para um aumento da pobreza e da violência física e psicológica sobre as pessoas LGBTI+. Em Portugal, a deterioração do SNS, por exemplo, veda o acesso à saúde ainda mais dramaticamente às trabalhadoras e trabalhadores LGBTI+. O desemprego, em situações de violência familiar e isolamento, empurra pessoas LGBTI+, e especialmente as imigrantes e as trans, para a prostituição e para a miséria extremas.

Para seguir esta política, os governos capitalistas de todo o mundo servem-se da repressão de Estado, com a polícia e o exército, mas têm também o indispensável apoio das camadas mais reacionárias da sociedade, que se reúnem crescentemente em volta dos partidos de extrema-direita. Estas forças são cães de fila da burguesia, que além de não hesitar em utilizá-los sempre que necessário contra os trabalhadores e a juventude, protegem-nos com redobrado zelo durante os momentos de crise económica e política do seu sistema.

Não é coincidência que a extrema-direita avance tão furiosamente para se organizar e ocupar as ruas, atacando mulheres, negros, imigrantes e pessoas LGBTI+, defendendo o ideal burguês de família, chamando-nos doentes e imorais, e preparando-se para, à primeira oportunidade, tirar-nos todos os direitos que conquistámos com décadas de luta. Desde a proposta do “Pin Parental”<sup>1</sup> feita

pelo partido de extrema-direita Vox, no Estado Espanhol, às declarações de André Ventura pela proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo, ou às políticas ultra-reacionárias de Bolsonaro, Trump e semelhantes figuras, a ofensiva tem sido sistemática. Os fascistas estão à vontade porque os governos, e entre eles o governo de Portugal, não fazem nada para os travar.

## Por um movimento LGBTI+ de classe, socialista e revolucionário!

A extrema-direita e os fascistas exigem a nossa resposta contundente. Não há nenhuma forma de derrotar a ofensiva reacionária sem ação revolucionária da nossa parte. A história deixou isto claro vez após vez, e já o fez também especificamente em relação à opressão das pessoas LGBTI+. Quem tem de viver escondido e com medo é a extrema-direita e todos os fascistas!

O início do movimento LGBTI+ foi protagonizado pelas camadas mais oprimidas da nossa classe. Neste momento, quando tentam descafeinar a nossa luta e até transformá-la em festa e em mercadoria para gáudio dos capitalistas, é mais urgente do que nunca recuperar o espírito da revolta de Stonewall, com o seu carácter vincadamente revolucionário e anticapitalista.

A nossa opressão e exploração são indissociáveis da exploração capitalista, da opressão das mulheres, do racismo e de todas as formas de opressão que são produzidas por este mesmo sistema. Contra o inimigo comum, há que construir uma frente comum de luta. A luta das pessoas LGBTI+ é a luta de toda a classe trabalhadora, é a luta pelo socialismo!

## Lutamos:

**Pelo direito pleno à autodeterminação de género!**

**Por investimento massivo no SNS, serviços totalmente gratuitos, bem equipados e preparados para tratar as necessidades específicas das pessoas LGBTI+, além de serviços de apoio psicológico e casas de abrigo para vítimas de violência.**

**Por programas de apoio e acompanhamento médico e psicológico, integrados no SNS, para todas as mulheres e pessoas em situação de prostituição.**

**Por educação sexual inclusiva já! Basta de ideias machistas, homofóbicas e transfóbicas nos nossos programas escolares!**

**Pelo controlo democrático do sistema educativo, com órgãos de decisão dos estudantes e trabalhadores da educação, como forma de permitir que as agressões e ideias machistas, homofóbicas e racistas deixem de ser ignoradas por direções anti-democráticas.**

**Por direitos plenos para todos os imigrantes, e pelo acesso à nacionalidade portuguesa — a única forma de proteger as pessoas LGBTI+ imigrantes.**

**Pelo saneamento de todos os elementos fascistas e de extrema-direita nas forças policiais e no sistema de justiça. Pelo fim da impunidade!**

**Pela ilegalização de todas as organizações fascistas e punição de todos os agressores machistas e homofóbicos.**



<sup>1</sup> O “Pin Parental” foi uma proposta de lei apresentada pelo partido de extrema-direita, Vox, no Estado espanhol, e que chegou a ser implementada por um breve período na Região de Murcia, no sul do território. Resumidamente, o Vox queria dar aos encarregados de educação o poder de vetar conteúdos educativos e atividades até mesmo nas escolas públicas. Os conteúdos e atividades visados eram todos os que abordassem os direitos das pessoas LGBTI+, os direitos reprodutivos, questões de violência de género e homofobia, etc., sendo estes conteúdos considerados “ideologia de género”.



# BRASIL: crise do bolsonarismo, o regresso de Lula e mobilizações de massas.

Coral Latorre  
Comissão Executiva da Izquierda  
Revolucionaria · Estado Espanhol

O coronavírus está a bater recordes trágicos no Brasil. O gigante sul-americano já soma 17 milhões de contagiados e 474 mil mortos, sendo o terceiro país do mundo mais atingido pela pandemia. Segundo dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), o Brasil atingirá as 940 mil mortes no final de setembro.

Com cerca de 40 mil novos casos diários, o esgotamento nos hospitais brasileiros continua alarmante. Um inquérito realizado em maio pela SindHosp — o Sindicato de Hospitais, Clínicas e Laboratórios de São Paulo — mostra que as unidades de cuidados intensivos (UCI) da cidade ainda registam uma taxa de ocupação de 78,5%. Em março, em pelo menos 12 das 50 cidades com mais de 500 mil habitantes (incluindo Rio de Janeiro, Porto Alegre e Natal), houve mais mortes do que nascimentos pela primeira vez em décadas. Ao mesmo tempo, a campanha de vacinação avança a um ritmo pírrico: apenas 10% da população recebeu as doses prescritas.

## Uma gestão criminoso

A responsabilidade de Bolsonaro e do seu governo nesta catástrofe é evidente. Ao en-

corajar um discurso negacionista da pandemia e ao não tomar medidas para deter o avanço do vírus, este reacionário provocou uma verdadeira hecatombe social.

O país encerrou o primeiro trimestre de 2021 com uma taxa de desemprego oficial de 14,7% — o valor mais alto desde 2012 —, além disso, existem mais de 35 milhões de trabalhadores informais no Brasil. Nada menos do que 44% dos brasileiros deixaram de comer carne durante a pandemia por não terem dinheiro para comprar. 125 milhões de pessoas, numa população de 211 milhões, sofrem de insegurança alimentar, e o índice de pobreza triplicou desde o ano passado: 12,3% da população é pobre e 20 milhões estão em situação extrema de fome. Todos estes dados explicam o regresso do Brasil ao relatório do Mapa da Fome das Nações Unidas, depois de o ter abandonado em 2014.

A renda básica que o governo teve de aprovar (600 reais por mês por apenas três meses) para reduzir a pressão e afastar as críticas a Bolsonaro, não passa de uma esmola ridícula e impotente. Entretanto, um punhado de oligarcas (5% da população) acumula 45% da riqueza nacional e no ranking mundial de multimilionários da lista Forbes 2021 encontram-se 30 brasileiros.

À catástrofe social e sanitária vem jun-

ta-se a catástrofe económica. A recessão está a ser histórica. Em 2020, o Brasil sofreu uma queda de 4,1% do PIB, um nível que não era visto desde a brutal crise da década de 90 (-4,35%). O PIB *per capita* caiu 24,7% desde 2019.

A inflação homóloga acelerou para 6,76% em abril e a desvalorização do real brasileiro continua — 10,2% de declínio em 2020 —, a moeda é uma das que mais desvalorizaram, apenas atrás das moedas do Sudão, da Líbia e da Venezuela. Isto provoca um encarecimento drástico de todos os bens e a degradação das condições de vida da classe trabalhadora.

## Fraturas no Governo e divisões na classe dominante

A política classista defendida por Bolsonaro, a política do “morre gente todo o dia de uma série de causas, é a vida” — como o próprio presidente afirmou —, é de absoluto desprezo pela saúde da população e de preservação dos benefícios da plutocracia brasileira a qualquer custo, e tem provocado uma queda da sua popularidade. O último escândalo: o Brasil alberga a Copa América 2021 apesar de viver um dos piores surtos do vírus no mundo. Segundo o último inquérito da Datafolha, o apoio a Bolsonaro caiu de 30% para 24% entre março e maio de 2021. Além disso, mais de metade dos brasileiros apoiaria

tro da situação, e quando os elementos nos quais se baseou para o fazer estão seriamente questionados e já não servem, procura meios alternativos para manter a sua dominação de classe.

Desta forma, a grande burguesia e a oligarquia tradicional, que em 2018 se posicionou atrás de Bolsonaro, dirigiu uma carta ao Parlamento assinada por 1.500 banqueiros e empresários — entre eles ex-presidentes do Banco Central e membros do Conselho de Administração do Banco Itaú, o maior banco privado do Brasil — exigindo uma gestão governamental adequada para deter a deterioração da economia e da saúde brasileira. “O país tem pressa; o país quer seriedade com a coisa pública; o país está cansado de ideias fora do lugar, palavras incoerentes, ações erradas ou tardias. O Brasil exige respeito.”

É evidente que um setor cada vez mais amplo da classe capitalista percebe que quanto mais Bolsonaro permanecer no governo, mais risco haverá de uma rebelião social que poderia ir muito além de exigir uma mudança presidencial, especialmente depois da dureza com que a pandemia atingiu a população.

Por isso estão a avançar com uma nova estratégia na tentativa de deter o descontentamento e o avanço da luta de classes no país. Uma estratégia com nome, apelido e uma data marcada no calendário: Luiz Inácio Lula da Silva, para as eleições gerais de 2022.

## Lula 2022, colaboração de classes e bancarrota da esquerda reformista

Em meados de abril, o Supremo Tribunal Federal do Brasil ratificou a decisão de anular as condenações proferidas em primeira instância contra Lula, que já recuperou todos os seus direitos políticos.

A partir desse momento, e após anunciar que ele será candidato às eleições presidenciais de 2022 contra Jair Bolsonaro, Lula iniciou uma ronda de reuniões com as formações da direita, da esquerda e também alguns sindicatos para juntar apoios à sua candidatura.

O líder do PT não hesitou em “dialogar com todos”, inclusive com os três principais partidos que apoiaram o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016: falou com José Sarney do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com Rodrigo Maia, do partido Democratas (DEM), e com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que foi responsável pela forte ofensiva neoliberal e a privatização de várias empresas estatais durante os anos 90.

Que a burguesia está mais do que satisfeita com o encontro entre Lula e Cardoso é óbvio. Em primeiro lugar, porque assim a classe dominante está a servir-se da direção do lulismo, que tanto lhes permitiu enriquecer — nos seus doze anos de governo, o PT renunciou a medidas socialistas, aplicou cortes e políticas em benefício dos grandes monopólios e não hesitou em pactuar com a direita —, em segundo lugar, porque está a assegurar a presença de um dos seus homens de confiança, Cardoso, nesta “alternativa democrática”.

O que é verdadeiramente desastroso é que esta frente popular conte com o apoio dos dirigentes da CUT e do PSOL. “Nossas diferenças são muito menores do que o nosso dever histórico de derrotar Bolsonaro. É hora de dialogar e construir consensos, porque o que está em jogo é a democracia e a vida dos brasileiros. Parabéns a Lula e FHC pelo gesto de grandeza e responsabilidade com o país”, escreveu Marcelo Freixo, que à data era dirigente e deputado do PSOL (passou, pouco depois, para o Partido Socialista Brasileiro). Seguindo esta linha, mostrando toda a sua disposição para se submeter à política da burguesia e de Lula neste momento crí-

tico, os dirigentes do PSOL repetem como um mantra a política de colaboração de classes que abriu as portas a Temer e Bolsonaro. Abandonam a palavra de ordem da greve geral, desprezam a luta de classes para varrer o Governo direitista e adaptam-se às manobras institucionais que mais convêm ao sistema, como a via do *impeachment* de Bolsonaro.

A direção do PSOL limita-se a aplaudir a viragem aberta do Partido dos Trabalhadores para a direita, e fã-lo sem corar de vergonha. Esta cegueira política só conduziu ao desastre! Deveriam fazer exatamente o contrário: deixar claro que, nas mãos da direita e dos representantes da burguesia, as condições de vida da população continuarão a degradar-se; deviam defender um programa de independência de classe, levantar uma alternativa de ruptura com a lógica do capitalismo e preparar o derrube de Bolsonaro através da ação das massas, fazendo um apelo também aos ativistas do PT e da CUT para ganhá-lo para esta política.

Embora falte mais de um ano e nada esteja fechado, todas as sondagens apontam para a vitória de Lula nas eleições. Segundo a Datafolha, na primeira volta, o petista poderá obter 41% dos votos contra 23% de Bolsonaro e, na segunda volta, 52% contra 32%, respetivamente.

O voto de Lula e a possível derrota de Bolsonaro seriam percebidos por milhões como uma vitória. Mas a situação é bem diferente de 2003. Lula não tem a credibilidade dos seus primeiros governos, nem poderá contar com um *boom* económico. Pelo contrário, terá de gerir uma crise selvagem. Da mesma forma, a classe trabalhadora e a juventude não esqueceram o que significaram os mandatos petistas e a frustração que geraram. Nestes últimos anos, a consciência das massas deu um salto gigantesco.

## O punho da classe operária volta a levantar-se

No dia 29 de maio realizaram-se mobilizações massivas contra o presidente sob o lema “Fora Bolsonaro genocida”. Apesar dos apelos de dirigentes do PT, e infelizmente também do PSOL, a não participar por causa da situação sanitária e fazer “atos simbólicos”, os oprimidos e oprimidas do Brasil protagonizaram os protestos mais massivos desde o movimento *Ele Não* de 2018. As manifestações de centenas de milhares nas principais cidades do país foram um grito de guerra contra este criminoso e a sua gestão da pandemia.

Apesar de durante a pandemia terem sido feitas greves importantes, como a dos estafetas ou a do metro de São Paulo, estas manifestações do 29 de maio marcam um ponto de inflexão e sobem de forma extraordinária a temperatura da luta de classes no país.

Há que continuar por este caminho. A vontade de lutar existe e a determinação das massas para derrubar Bolsonaro está mais do que comprovada. A classe operária brasileira, os jornaleiros do campo, a juventude, os pobres das favelas expressaram a sua raiva, trata-se agora de a organizar, pondo em marcha um plano de luta consequente que passe pela convocação urgente de uma greve geral em todo o país, com manifestações nas ruas, a criação de comités de luta nas cidades, nos centros de trabalho e de estudo, e a defesa de uma frente unida das forças que constituem a esquerda sindical e política combativa.

Nenhum *impeachment* poderá conseguir sequer metade daquilo que as massas podem arrancar através da ação direta nas ruas. Há que romper com o cancro da colaboração de classes e lutar por um governo dos trabalhadores com um programa socialista.



1. A China tornou-se o primeiro parceiro comercial do gigante latino-americano, e os laços com o país asiático, no que diz respeito a investimentos e exportações, estão a reforçar-se. Ao mesmo tempo, o governo de Bolsonaro é abertamente pró-americano e “anticomunista”. Esta contradição ameaça a estratégia económica e os lucros de um setor importante do grande capital brasileiro.



# Peru: as massas dão a vitória a Castillo

Esquerda Revolucionária

**É preciso impedir as tentativas de fraude da direita! Por um plano de ação e uma greve geral!**

Numa das eleições mais disputadas da história recente do Peru, o candidato de esquerda Pedro Castillo venceu as presidenciais. Com 100% dos boletins de voto processados e 99,56% contabilizados, Castillo reuniu 8.817.280 votos, 50,17% do total. A sua rival de extrema-direita, Keiko Fujimori, obteve 8.756.882 votos (49,82%), 60.398 votos a menos.

Embora esta diferença seja já insuperável, Fujimori e um dos setores da classe dominante estão a fazer pressão para que Castillo não seja declarado vencedor e se anulem os resultados de 808 mesas de voto (200.000 votos) onde ele ganha de forma clara, numa tentativa descarada de roubar a sua vitória ao povo.

Castillo, um professor rural que se destacou enquanto dirigente da greve dos professores que sacudiu o país em 2017, deu início à campanha para a primeira volta com menos de 2% das intenções de voto. À medida que foi denunciando os privilégios e a corrupção da classe dominante e enquanto propunha acabar com a constituição imposta em 1993 pela ditadura fujimorista, aumentar os orçamentos para a saúde e educação, avançar com a reforma agrária, alargar a intervenção estatal na economia e nacionalizar os recursos minerais e do gás natural, o seu apoio cresceu de forma avassaladora.

O movimento de massas em apoio a Castillo faz parte da escalada revolucionária e da viragem à esquerda que se vive na América Latina. A sua vitória constituiu um grande transtorno para a oligarquia peruana e para o imperialismo norte-americano, que investiram milhões no

apoio a Fujimori e desencadearam uma campanha de terror baseada num monopólio da informação em torno da sua candidatura, e em manobras e tentativas de fraude nunca antes vistas neste país andino e nas últimas décadas, apenas para impedir um governo de esquerda.

**A mobilização das massas derrotou a campanha de terror da burguesia**

Durante dois meses, os jornais, as emissoras de rádio e os canais de televisão dedicaram todos os seus espaços (políticos, de entretenimento e até retransmissões desportivas) a sessões de ódio contra Castillo. Os desprestigiados partidos políticos do regime, os bispos e padres evangélicos mais reacionários, os empresários, intelectuais, modelos, atores, atletas, apareceram em cena para apelar a “eleger bem”, “parar o comunismo” e “que o Peru não se torne noutra Cuba ou Venezuela”.

A mão dissimulada dos serviços secretos também fez campanha. Quinze dias antes das eleições, um misterioso atentado terrorista assassinou 16 pessoas nas regiões do VRAEM (Vale dos rios Apurímac, Ene e Mantaro), um bastião de Castillo. Atribuído ao Sendero Luminoso (SL) — grupo guerrilheiro cujos métodos sectários provocaram uma rejeição massiva entre os camponeses durante os anos 80 e que o próprio Estado peruano considera dissolvido — o atentado aconteceu após meses de calúnias que acusavam Castillo de ligações ao SL, o que foi sendo reiteradamente desmentido.

A tática de identificar a esquerda com o SL é utilizada há décadas pela classe dominante para desacreditá-la e isolá-la, especialmente nas regiões mineiras e camponesas. Nesta campanha fizeram-no com força dobrada, mas sem êxito: Castillo arrasou nessas regiões, alcançando aí os

70% ou mesmo 80%.

Uma vez mais, a mobilização massiva e determinada dos oprimidos, nas urnas e nas ruas, foi o fator chave para fazer ir pelos ares os planos da classe dominante. Castillo conseguiu alcançar um maior número de votos do que qualquer outro candidato da história peruana. Quando a contagem oficial colocou em evidência que arrasava nas regiões mais pobres do interior do país e isso, a juntar ao aumento do seu apoio nos bairros operários e populares de Lima em relação à primeira volta, lhe dava a vitória, começaram as manobras para arrancar a vitória ao povo.

Centenas de milhares de trabalhadores e camponeses responderam imediatamente a estas manobras, aparecendo nos locais de voto para garantir que os seus votos eram contados e contabilizados, e marchando desde a periferia de Lima e do interior até ao centro da capital para acampar frente à Oficina Nacional de Procesos Electorales (ONPE) em defesa dos resultados.

Depois de atrasar durante dias a contagem, esperando que o voto dos residentes no estrangeiro (favorável a Fujimori) se aproximasse o suficiente de um resultado que permitisse organizar uma qualquer fraude, a ONPE, dirigida por um indivíduo historicamente associado ao fujimorismo, continuou a recusar-se a reconhecer oficialmente a vitória de Castillo. Na tentativa de impor por despacho ou a partir dos quartéis aquilo que não conseguiu nas urnas, Fujimori convocou, na quarta-feira 9 de junho, manifestações diante da ONPE e do Comando Conjunto das Forças Armadas.

**Organizar uma greve geral e impulsionar comitês de ação para defender a vitória**

A polarização nas ruas está a acentuar

as divisões no seio da classe dominante. Receosos de que a atuação de Fujimori possa desencadear uma insurreição como a que sacudiu o país em novembro de 2020, um setor da burguesia distanciou-se de Fujimori e até parecia querer afastá-la para evitar uma escalada nas ruas. Para além disso, com uma atitude dessas estaria a renunciar a fazer chegar uma mensagem clara e decidida às restantes camadas que, ainda que não se tenham pronunciado nas eleições, votado nulo ou branco ou até manifestado apoio a Fujimori, poderiam ser convencidas com medidas socialistas, as únicas que podem fazer frente aos seus problemas.

Contudo, outro setor da oligarquia peruana e da direita da América Latina vê com bastante apreensão os efeitos de uma vitória eleitoral que, tal como se desenvolveram os acontecimentos, é o produto da ação direta e da mobilização desde as bases das massas peruanas. Não temem tanto Castillo, mas o poderoso movimento das massas que o elevou e que vai querer que ele cumpra o que prometeu para resolver os problemas urgentes do povo. Essa é a razão que já levou ex-presidentes como Uribe, da Colômbia, Aznar, do Estado Espanhol e outros representantes dos setores mais reacionários da classe dominante a apelar para que Castillo não seja proclamado.

Esta divisão no seio da burguesia peruana segue no contexto de uma crise que se prolonga há já bastante tempo e que se intensificou depois da insurreição de novembro de 2020. Na altura, caiu o governo de Manuel Merino e a classe dominante viu-se obrigada a convocar as atuais eleições presidenciais. O seu objetivo era, precisamente, tentar recompor e estabilizar a situação. Colheram um fracasso que reflete a debilidade do capitalismo e da classe dominante andina.

A decisão de adiar a proclamação de

Castillo como presidente, com a desculpa de que os tribunais devem decidir sobre a anulação solicitada por Fujimori, significa na prática impedir que a vontade da maioria do povo seja levada adiante, enquanto os diferentes setores da classe dominante negociam nos bastidores e pelas suas costas uma saída contra o povo.

Castillo e os dirigentes dos sindicatos e organizações de esquerda que o apoiam devem rejeitar categoricamente esta manobra. Baseando-se na enorme força demonstrada pelas massas, têm de convocar imediatamente uma greve geral e mobilizar as massas por todo o país para exigir que se reconheça a sua vitória. Ao mesmo tempo, há que impulsionar a formação de comitês e assembleias em defesa do resultado eleitoral e que, além de organizar esta luta, unifiquem todas as reivindicações operárias e populares para que sejam levadas a cabo pelo governo.

Dessa forma, toda a resistência da extrema-direita fujimorista e dos setores do aparelho de estado poderia ser anulada rapidamente, e sairia fortalecida a confiança das massas peruanas na sua própria força. Mas, se pelo contrário, Castillo aceitar esta manobra na tentativa de apresentar-se como garantia de estabilidade perante os mercados, estará a cometer um erro gravíssimo. Jamais será capaz de convencer os oligarcas e o imperialismo do que quer que seja, mas está ao seu alcance a desmobilização que só pode confundir setores das massas que hoje o apoiam e que estão dispostos a demonstrá-lo nas ruas.

Para além disso, com uma atitude dessas estaria a renunciar a fazer chegar uma mensagem clara e decidida às restantes camadas que, ainda que não se tenham pronunciado nas eleições, votado nulo ou branco ou até manifestado apoio a Fujimori, poderiam ser convencidas com medidas socialistas, as únicas que podem fazer frente aos seus problemas.

**Não há terceira via. Ou ceder perante os capitalistas ou aplicar um programa socialista.**

Se, no final das contas, a classe dominante vier a ser obrigada a reconhecer a vitória do Perú Libre, vão recorrer a uma qualquer negociação à traição do povo para assegurar que os seus dirigentes renun-

ciam a qualquer medida capaz de ameaçar os privilégios das elites. A brutal campanha de terror, de sabotagem e as tentativas de fraude dos últimos dias não poderão ser comparadas com as pressões que vão aplicar para que o governo da esquerda defraude as esperanças das massas.

O resultado eleitoral tangencial já está a ser utilizado por certos setores da classe dominante, que pareciam inclinados a reconhecer a vitória de Castillo, para afirmar que “com um país dividido nos 50%” se deve renunciar às propostas que não contam com um consenso alargado e com o apoio do parlamento, onde o Perú Libre será a principal força mas os partidos do regime mantêm a maioria.

Aceitar estas pressões seria caminhar para o desastre. Na senda do capitalismo peruano é impossível resolver qualquer problema do povo. Castillo e os dirigentes do Perú Libre estão sujeitos à pressão de classes antagónicas e vão ter de ceder a um dos lados. Ou aos milhões de trabalhadores, jovens e camponeses que os apoiam para adotar um programa socialista e acabar com a miséria e a exploração capitalistas, ou às pressões da oligarquia, do imperialismo e dos setores mais reacionários da sociedade, que estão já a bater com o punho na mesa e a exigir recuos.

A este perigo junta-se o das posições reacionárias que o próprio Perú Libre mantém: a oposição ao direito ao aborto, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, aos direitos da comunidade LGBTI e à eutanásia. . . Ou a postura de defender a pena de morte nalguns casos para lutar contra a delinquência, ou a afirmação de que expulsarão “todos os estrangeiros que vieram para violar as leis” e “que ficarão apenas aqueles que vieram para trabalhar”. Estes comportamentos machistas, homofóbicos e xenófobos abrem a porta à burguesia e à direita para dividir e fazer frente aos oprimidos e encontrar pontos de apoio entre eles para os seus planos contra-revolucionários.

Estas posições reacionárias impedem Castillo de mobilizar massivamente setores das grandes cidades que o podiam ter apoiado na segunda volta. Em Lima, Keiko Fujimori conseguiu 3.696.899 vo-

tos (65,70%) face aos 1.929.692 (34,29%) de Castillo.

O voto em Fujimori agrupa os setores que se enriqueceram com as políticas neoliberais e as camadas mais retrógradas da sociedade, mas muitos outros dos seus eleitores pertencem a setores da classe média e até das camadas populares mais atrasadas que, mesmo sofrendo com as políticas da oligarquia, deixaram-se afetar pela campanha do medo.

Mesmo tendo Castillo ampliado o seu apoio em relação à primeira volta — em particular nos bairros mais pobres, onde ronda os 45%, enquanto que nas zonas da classe média consegue menos do que 25 ou 20% — poderia ter-se superado se tivesse defendido uma política socialista consequente, assumindo que os recursos imensos que estão atualmente nas mãos de banqueiros, de latifundiários, empresários e das multinacionais devem passar para as mãos do povo trabalhador para planificar democraticamente a economia; isto para aumentar os orçamentos para a educação e a saúde, assegurar a vacinação e a prestação de cuidados de saúde a todas e a todos; as terras, o emprego, salários e habitação dignos. . .

Tudo isso permitiria manter a energia e a mobilização dos milhões que apoiam Castillo e arrastaria muitos mais jovens, trabalhadores e camponeses, e até amplos setores das camadas médias que se absteram nestas eleições, votaram branco ou nulo ou mesmo em Fujimori.

**Por uma frente única de esquerda para lutar pela transformação da sociedade**

As e os ativistas de esquerda anticapitalista, do movimento feminista, dos sindicatos operários e camponeses, do movimento estudantil, devem impulsionar uma frente única de esquerda para participar no movimento das massas que apoia Castillo com um programa genuinamente socialista e um plano de ação que sirva para lutar contra qualquer tentativa de fazer descarrilar o movimento revolucionário das massas.

A palavra de ordem da convocatória da Assembleia Constituinte Livre e So-

berana, que defendem a maioria dos dirigentes dos sindicatos e partidos de esquerda do Peru, longe de ajudar a combater as tentativas de desviar a luta das massas das ruas para o terreno do parlamentarismo burguês, antes o facilita.

A primeira tarefa da esquerda é manter a mobilização nas ruas e impulsionar a sua organização a partir de baixo, formando comitês de ação de unidade cuja tarefa imediata — para além da defesa do resultado eleitoral — será impedir qualquer golpe ou manobra cujo intuito seja arrancar a vitória ao povo.

Depois, há que exigir a Castillo e aos dirigentes do Perú Libre que apliquem imediatamente as propostas mais à esquerda do seu programa sem ceder à chantagem dos capitalistas, a começar pela nacionalização dos grandes monopólios privados e da banca e da distribuição das terras pelo campesinato através da expropriação dos latifúndios.

Castillo, depois da brutal pressão da oligarquia, fala de uma “economia popular de mercado”. Em breve, a realidade vai mostrar que para defender o povo só há um caminho: arrancar a riqueza das mãos de uma minoria parasitária para fazer frente às urgentes necessidades sociais que não podem ficar por atender.

Como é óbvio, enquanto dirigimos o nosso fogo contra a oligarquia, contra Fujimori e a direita, não podemos renunciar à batalha pela defesa dos direitos da mulher e da comunidade LGBTI, contra a justiça patriarcal, pela defesa incondicional dos direitos de cidadania dos trabalhadores nascidos no Peru ou no estrangeiro. . . Castillo deve corrigir-se e deixar de explorar preconceitos sexistas, racistas e reacionários que não têm nada a ver com a esquerda.

Armados com este plano de ação e um genuíno programa socialista, os trabalhadores, os camponeses e os jovens mais combativos podem conseguir o apoio do conjunto dos oprimidos e das oprimidas e abrir caminho à luta pela transformação socialista da sociedade no Peru e em toda a América Latina.



# TAP: A ÚNICA SOLUÇÃO É A NACIONALIZAÇÃO SOB O CONTROLO DEMOCRÁTICO DOS TRABALHADORES!

Bruno Penha  
Comité Executivo da Esquerda  
Revolucionária

Com uma quebra de 73% dos passageiros e prejuízos de 1.418 milhões de euros em 2020, e com uma previsão igualmente negativa para 2021, a TAP é alvo de um processo de “reestruturação” levado a cabo pelo governo. Esta “reestruturação” significa centenas de despedimentos e cortes salariais, colocando a classe trabalhadora a pagar pela gestão ruinosa dos privados, uma gestão que ficou completamente a descoberto durante a pandemia.

## A TAP foi oferecida aos capitalistas

Depois de duas tentativas falhadas de privatização — em 2002 e 2012 —, o governo PSD-CDS, dirigido por Passos Coelho, foi aquele que finalmente conseguiu entregar a TAP aos proprietários privados. A crise da dívida pública foi a justificação utilizada para vender o grupo TAP — que inclui, entre outras as subsidiárias, TAP S.A., a Groundforce (50%) e a TAP Manutenção e Engenharia Brasil, que é a maior empresa de manutenção de aeronaves da América Latina. Em novembro de 2015, já depois das eleições que resultaram na “Geringonça”, PSD e CDS negociaram à porta fechada a oferta de 61% do grupo TAP ao consórcio Atlantic Gateway, de David Neeleman (Azul Linhas Aéreas) e de Humberto Pedrosa (Grupo Barraqueiro). O preço foi 10 milhões de euros. A este valor ridiculamente baixo ainda se juntava uma injeção de capital público para limpar parte das dívidas do grupo TAP — dívidas que, na época, rondavam os 1.050 milhões de euros, resultantes de mais de 15 anos de subinvestimento, numa gestão danosa feita para preparar a privatização.

Em 2016, o governo PS de António Costa negociou com o consórcio a participação do Estado em 50% — ficando cada privado com 22.5%, e os trabalhadores com os restantes 5%. Isto não serviu para que o Estado gerisse ou fiscalizasse a empresa, nem para que recebesse quaisquer lucros — aliás, o Estado ficava com 5% dos direitos económicos. A entrada do Estado serviu apenas para encher a empresa de dinheiro e para pagar as dívidas no lugar dos grandes grupos privados.

Mas o excelente negócio não ficou por aqui. Apesar de apresentar prejuízos todos os anos, a administração retirou dividendos e distribuiu prémios, endividando cada vez mais o grupo. Sabe-se que só no mês de maio de 2019 foram distribuídos 1,171 milhões de euros em prémios! E isto num momento em que a TAP registava um prejuízo de 118 milhões de euros. A administração privada da TAP tratou ainda de alugar aviões da companhia aérea de Neeleman (com os chamados leasings) por preços inflacionados, sobredimensionando a frota e duplicando a dívida da empresa. Ao mesmo tempo, recusou-se a contratar mais trabalhadores. Em vez disso, forçou horas extra e suprimiu folgas e férias. Como resultado, a TAP passou de ser considerada uma das melhores companhias aéreas europeias, em 2015, para ser a companhia aérea com mais atrasos no mundo e, conseqüentemente, com o maior número de reclamações dos passageiros em Portugal e no Brasil, em 2020. No espaço de cinco anos, a gestão privada explorou os trabalhadores até ao tutano, pilhou tudo o que pôde e deixou a empresa arruinada.

## Uma reestruturação para salvar os patrões...

Em abril de 2020, apesar de se servir do lay-off, a administração da TAP ainda pedia auxílio ao Estado. O mesmo PS que há 5 anos atrás deixou aos privados a gestão da TAP avançou com uma proposta de empréstimo de 1.200 milhões de euros à empresa, sob a condição de ter “mais controlo” sobre o grupo. Seguiram-se meses de negociações até que o governo se viu forçado a fazer mais do que uma injeção de capital. A 2 de julho, o Estado comprou os 22.5% de Neeleman... por 55 milhões! Ou seja, por mais de cinco vezes o preço pelo qual vendeu a empresa em 2015 (quando estava em muito melhores condições). Em maio deste ano, com a injeção de mais 462 milhões de euros na empresa, a TAP é 97,8% pública, e Humberto Pedrosa tem apenas 1.8% das ações. Neeleman e Pedrosa conseguiram o que queriam: encher os bolsos a roubar uma empresa pública e ainda vendê-la ao Estado no final.

O governo de Costa defendeu os interesses destes capitalistas até às últimas consequências.

... à custa dos trabalhadores e com o auxílio das burocracias sindicais

O grupo TAP tem mais de 10.000 trabalhadores diretos e garante o trabalho de outros 90.000 trabalhadores; compreende 2% no PIB nacional; é meio de exportação de milhares de produtos fabricados em Portugal; faz compras acima dos 1.200 milhões de euros, anualmente, a mais de 1.000 empresas nacionais. Por tudo isto, a queda da TAP significa um cataclismo para a classe trabalhadora e uma grande dificuldade política para o governo em funções.

Salvos os capitalistas, o governo PS prossegue então com uma gestão de ataque aos trabalhadores. Em dezembro de 2020 anunciou o seu “plano de reestruturação”: o despedimento de 2.000 trabalhadores e cortes salariais transversais de 25%, mas que podem chegar aos 50% em certas profissões, como é o caso dos pilotos. Como é óbvio, um plano tão brutal não se pode implementar sem resistência. O governo PS avançou imediatamente com ataques aos direitos laborais e democráticos dos trabalhadores, tentando conter toda a organização e ação da nossa classe.

Em janeiro deste ano, o Conselho de Ministros declarou o grupo como estando em “situação económica difícil”, legitimando assim a suspensão dos acordos com os sindicatos. Mas nenhum governo consegue atacar os trabalhadores tão frontalmente sem o auxílio das direções burocráticas e vendidas do movimento de trabalhadores. Ao mesmo tempo que rasgava todos os acordos passados, o governo quis que as direções sindicais se comprometessem a “não recorrer a meios de luta laboral” durante o “processo de reestruturação”. As atuais direções sindicais, essas castas de burocratas, aceitaram esta condição sem hesitações. Cedendo ao corporativismo mais bafento, as 15 direções sindicais que representam os trabalhadores do grupo TAP negociaram individualmente o acordo com o governo em fevereiro, dizendo aos os trabalhadores que este é o “mal menor”. Estes dirigentes temem, acima de tudo, a organização e a ação dos trabalhadores, porque vêem nela uma ameaça imediata aos seus privilégios, à impunidade com a qual atuam e à política de conciliação e negociatas que seguem com os patrões.

Nacionalização sob controlo democrático dos trabalhadores, já!

O preço a pagar pela traição criminosa destas direções sindicais é altíssimo. Milhares de despedimentos, rebaixamento geral de salários, famílias inteiras a passar dificuldades e até em situação de pobreza. Como é inevitável, a autoridade das burocracias não é eterna, e a cada nova traição, sai mais desgastada. A próxima época será de repetidos ataques à classe trabalhadora nos mais variados setores, e as burocracias do movimento dos trabalhadores estarão cada vez mais em choque com as suas bases. Um caso emblemático deu-se precisamente na TAP, quando alguns pilotos do Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) exigiram uma assembleia geral extraordinária para votar a destituição da atual direção — a assembleia rejeitou a destituição, no entanto.

A TAP não é um caso isolado de “má gestão privada” ou de “falta de fiscalização do Estado”. A TAP é um exemplo do sistema capitalista a funcionar exatamente como é suposto: a favor dos interesses da burguesia, doa a quem doer. O Estado, nestes momentos, mostra claramente o que é: um instrumento nas mãos da burguesia. E o governo, por seu turno, revela-se uma comissão para administrar os negócios da classe dominante, nas palavras de Marx e Engels. É precisamente por isto que o atual governo PS, que se chama a si mesmo “de esquerda”, já busca novas empresas privadas a quem oferecer a TAP para repetir exatamente o mesmo negócio, despejando dinheiro público nos bolsos de capitalistas em vez de investir na saúde, na educação, na habitação...

Continuar com apelos ao governo e às instituições do Estado burguês, como têm feito o PCP, o BE e a CGTP durante todos estes ataques, é completamente inútil. Exige-se que a CGTP, principal organização da classe trabalhadora em Portugal, trace um plano de luta, com a participação do Sindicato dos Trabalhadores da Aviação e Aeroportos (SITAVA) e do máximo de trabalhadores deste setor. Um plano em defesa de condições de trabalho, de salários dignos para toda a classe e, fundamentalmente, da nacionalização deste setor chave sob controlo democrático dos trabalhadores, para evitar a gestão danosa que preparou a privatização em primeiro lugar. O facto é que os ataques do capital e dos seus governos só podem ser combatidos com uma ação unificada, contínua e combativa, com organização nos locais de trabalho, com uma rejeição completa do corporativismo e com ação de massas nas ruas, fazendo pontes com outros setores, integrando as várias lutas de toda a classe trabalhadora numa frente unida que faça os capitalistas pagar pela sua crise!

